



**Soares Penido Concessões S.A.**

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



## Soares Penido Concessões S.A.

### Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

#### Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7 - 8
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15 - 92

# Relatório da Administração

## 1. Aos Acionistas

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Soares Penido Concessões S/A (SP Concessões ou Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes.

## 2. Contexto operacional

A Soares Penido Concessões S.A. tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele é dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1.996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente a Companhia possui participações de 11,93% diretamente na CCR S.A e 23,28% COR e 22,82% do COPER.

A CCR S.A é uma holding cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades.

A CCR S/A atualmente detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste), 95% da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel), 85,92% do capital social da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A (RodoNorte) e 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) Por meio de sua controlada CPC, a CCR detém 100% da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e 45% da Controlar S.A (Controlar).

Além disso, a CCR detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da Actua Assessoria S.A., da Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.I. de C.V., da CCR - USA, LLC, da Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); 100% da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) e da CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP); 100% da Companhia de Participações em Concessões (CPC); 99% do Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI), direta e indiretamente, por intermédio da CPC e da Inovap 5; 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda. (Parques) e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP).

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar por novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias, urbanas e aeroportuárias.

### **3. Mercado de Atuação da Controlada em conjunto - CCR S/A**

A partir de 1994, os governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriundo de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos Federal e Estaduais continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional a regulamentação das PPP - Parcerias Público Privada, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias sendo que desses, 211.680 km são pavimentados, e 15.458,32 km são atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em março de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou o trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, concessão onerosa, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. A CCR foi à licitante que apresentou o menor valor de tarifa básica de pedágio ofertada e passou a explorar esse trecho a partir de junho 2008.

Em outubro de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.763 km. O leilão foi promovido pela ARTESP (Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário, composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, realizou a licitação visando à outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e da construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodoanel. O critério de julgamento desta licitação também foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, promoveu a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e acessos rodoviários ao Porto de SUAPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

#### **4. Resultado financeiro**

##### *Controladora*

No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 70.769 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 19.809 mil em 2010. Esse resultado deveu-se aos encargos relacionados a emissão de debêntures no valor de R\$ 600.000 mil.

##### *Consolidado*

No ano de 2011, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 179.644 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 96.528 mil em 2010. Esse resultado deveu-se ao maior estoque da dívida.

##### **Lucro Líquido**

Em 2011, o Lucro Líquido foi de R\$ 47.733 mil, em 2010 R\$ 63.154 mil, apresentando uma queda de aproximadamente 24,42% em relação a 2010. Essa queda deveu-se principalmente ao aumento em despesa financeira, face à emissão de debêntures.

##### *Consolidado*

Em 2011, o Lucro Líquido foi de R\$ 50.312 mil, em 2010 R\$ 64.788 mil, apresentando uma queda de aproximadamente 22,34% em relação a 2010. Essa queda deveu-se principalmente ao aumento em despesa financeira face ao maior estoque da dívida.

##### **Dívida**

##### *Controladora*

Em 2011, a dívida bruta diminuiu em 5,34% em relação ao ano de 2010 (R\$496.365 mil) e para (R\$ 469.857 mil) em 2011.

##### *Consolidado*

##### **Dívida**

Em 2011, a dívida bruta da cresceu 1,01% em relação ao ano de 2010, o crescimento da dívida deveu-se principalmente à ViaOeste (Emissão de Debêntures), NovaDutra (Emissão de Nota Promissória) e AutoBAn (Emissão de Nota Promissória).

## **Investimentos Controladas**

Em 30 de junho de 2011 foi feita a integralização de capital pela empresa Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda., mediante a conferência ao capital social da Companhia, do acervo líquido composto da universalidade de bens, direitos e obrigações representado pelo quinhão de 14,65% de participação no Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER e pela transferência de 7.475 (sete mil quatrocentos e setenta e cinco) ações ordinárias nominativas da classe A representando 14,95% do capital social da COMPANHIA OPERADORA DE RODOVIAS - COR.

## **5. Destaque do ano de 2011**

### **Atos Societários da Controladora**

Na AGO/AGE de 30/04/2011, alteração do endereço da sede da Companhia, ampliação dos poderes da Diretoria Superintendente e consolidação do Estatuto Social.

Na AGE de 30/06/2011, integralização de capital pela empresa Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda., mediante a conferência ao capital social da Companhia, do acervo líquido composto da universalidade de bens direitos e obrigações representados por parte de saldo da aplicação financeira no Fundo de Investimento Bradesco F.I. Referenciado DI Premium, pelo quinhão de 14,65% de participação no Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - Coper, pelo saldo registrado sob a rubrica "Provisão para Perdas Cor", decorrente da transferência das 7.475 ações ordinárias nominativas classe A, representativas do investimento detido na Companhia de Operadora de Rodovias - COR.

Na AGE de 10/10/2011, Incorporação pela Companhia resultante da cisão total da empresa Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda., de 18.759.364 ações ordinárias representativas de 4,25% do capital social da CCR S.A, 8,17% do Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, 4.166 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia de Operadora de Rodovias - COR.

## **6. Agradecimentos**

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 30 de março de 2012.



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Conselheiros e Diretores da  
Soares Penido Concessões S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Concessões S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 30 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6



Soares Penido Concessões S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010 (Ajustado)	2011	2010 (Ajustado)
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7a	11	62	91.157	138.879
Aplicações Financeiras	7b	22.060	4.334	22.060	4.334
Contas a receber	8	-	-	28.742	21.731
Contas a receber - partes relacionadas	12b	-	-	26.565	19.799
Empréstimos - partes relacionadas	12b	-	-	3.126	1.124
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	73	670
Impostos a recuperar	9	2.140	1.604	7.295	13.699
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	11	-	-	9.888	9.737
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	2.446	82
Despesas antecipadas e outras		-	-	5.478	5.032
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>24.211</b>	<b>6.000</b>	<b>196.830</b>	<b>215.087</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Conta reserva		-	-	76	186
Empréstimos - partes relacionadas	12b	288	288	534	404
Impostos a recuperar	9	-	-	17.878	10.695
Impostos diferidos	10	-	-	104.896	79.071
Participações em Consórcio	3a	5.604	-	-	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	11	-	-	300.166	291.100
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	1.802	1.419
Despesas antecipadas e outras		-	-	2.948	2.406
		<b>5.892</b>	<b>288</b>	<b>428.300</b>	<b>385.281</b>
<b>Investimentos</b>	13	<b>389.834</b>	<b>420.575</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.434</b>	<b>46.244</b>
<b>Intangível</b>	14	<b>583.591</b>	<b>542.081</b>	<b>1.473.014</b>	<b>1.461.483</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>979.317</b>	<b>962.944</b>	<b>1.952.748</b>	<b>1.893.008</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.003.528</b>	<b>968.944</b>	<b>2.149.578</b>	<b>2.108.095</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010 (Ajustado)	2011	2010 (Ajustado)
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	15	-	-	15.385	49.244
Debêntures e notas promissórias	16	14.491	13.472	223.715	181.334
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	26	6.432
Fornecedores	18	8	-	42.140	38.616
Impostos e contribuições a recolher	17a	-	5	11.369	9.707
Impostos e contribuições parcelados	17b	-	-	5.588	5.205
Imposto de renda e contribuição social	17a	-	-	5.733	6.951
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	12.921	10.648
Empréstimos - partes relacionadas	12b	-	-	2.591	749
Fornecedores - partes relacionadas	12b	-	-	6.138	4.761
Contas a pagar - partes relacionadas	12b	-	-	11	7.458
Plano de incentivo - partes relacionadas		-	-	804	1.084
Provisão para passivo a descoberto	13	161	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21c	11.336	-	11.351	-
Provisão de manutenção	20	-	-	26.586	33.357
Obrigações com o poder concedente	25	-	-	3.631	16.869
Outras contas a pagar		-	-	20.639	10.200
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>25.996</b>	<b>13.477</b>	<b>388.628</b>	<b>382.615</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	15	-	-	115.526	165.123
Debêntures e notas promissórias	16	455.366	482.893	944.224	890.166
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	120	6.879
Impostos e contribuições a recolher - parcelados	17b	-	-	55.211	52.814
Impostos diferidos	10	-	-	87.411	78.693
Provisão para contingências	19	-	-	2.844	2.657
Provisão de manutenção	20	-	-	24.272	32.526
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	21c	57.315	57.315	57.315	57.315
Obrigações com o poder concedente	25	-	-	3.480	4.589
Aumento de capital - partes relacionadas	12b	-	-	229	226
Empréstimos - partes relacionadas	12b	13.111	-	5.421	4.356
Plano de incentivo - partes relacionadas		-	-	1.325	1.032
Outras contas a pagar		-	-	18.211	18.788
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>525.792</b>	<b>540.208</b>	<b>1.315.589</b>	<b>1.315.164</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	198.737	198.638	198.737	198.638
Adiantamento para futuro aumento de capital		109.234	109.234	109.234	109.234
Reservas de lucros		143.812	107.415	136.377	98.746
Ajuste acumulado de conversão		(43)	(28)	(43)	(28)
<b>Patrimônio líquido dos controladores</b>		<b>451.740</b>	<b>415.259</b>	<b>444.305</b>	<b>406.590</b>
<b>Participações de acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.056</b>	<b>3.726</b>
		<b>451.740</b>	<b>415.259</b>	<b>445.361</b>	<b>410.316</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.003.528</b>	<b>968.944</b>	<b>2.149.578</b>	<b>2.108.095</b>

## Soares Penido Concessões S.A.

### Demonstrações de resultados

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010 (Ajustado)
<b>Receita operacional líquida</b>	22	20.896		628.480	582.978
<b>Custos dos serviços prestados</b>		<u>(8.387)</u>	<u>-</u>	<u>(263.446)</u>	<u>(305.245)</u>
<b>Lucro bruto</b>		12.509	-	365.034	277.733
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas		(1.952)	(859)	(60.062)	(56.717)
Despesas financeiras	23	(72.244)	(21.352)	(222.735)	(155.204)
Receitas financeiras	23	1.475	1.543	43.091	58.676
Outras despesas/receitas operacionais		(6.705)	(3.189)	(18.242)	(8.530)
Resultado de equivalência patrimonial	13	<u>114.870</u>	<u>87.297</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		47.953	63.440	107.086	115.958
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	10	(220)	(286)	(73.554)	(67.006)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	10	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.780</u>	<u>15.836</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		47.733	63.154	50.312	64.788
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas controladores		47.733	63.154	48.967	64.091
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.345</u>	<u>697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b> (Ajustado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	47.733	63.154	50.312	64.788
Outros resultados abrangentes				
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>47.718</u>	<u>63.154</u>	<u>50.297</u>	<u>64.788</u>
<b>Atribuível a:</b>				
Acionistas controladores	47.718	63.154	48.952	64.091
Acionistas não controladores	-	-	1.345	697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido Acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reservas Legal	Retenção de lucros						
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>	326.189	-	9.765	138.519	37.078	(28)	-	511.523	6.455	517.978
Efeitos de adoção inicial de IFRS por controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	60	60	-	60
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(37.078)	-	-	(37.078)	-	(37.078)
Distribuição de dividendos de minoritário da RodoNorte	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.426)	(3.426)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	109.234	-	-	-	-	-	109.234	-	109.234
Aumento de capital conforme AGE de 26 de Fevereiro de 2010	37.032	-	-	-	-	-	-	37.032	-	37.032
Redução de capital conforme AGE de 11 de Setembro de 2010	(164.583)	-	-	-	-	-	-	(164.583)	-	(164.583)
Ágio gerado na aquisição de participação de não controladores (nota 3)	-	-	-	(5.815)	-	-	-	(5.815)	-	(5.815)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	64.091	64.091	697	64.788
Destinações:										
Reserva legal	-	-	3.158	-	-	-	(3.158)	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(92.875)	-	-	-	(92.875)	-	(92.875)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(14.999)	(14.999)	-	(14.999)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	45.994	-	-	(45.994)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010 (ajustado)</b>	198.638	109.234	12.923	85.823	-	(28)	-	406.590	3.726	410.316
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2011 (nota 21a)	99	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Distribuição de dividendos de minoritário da RodoNorte	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.015)	(4.015)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	48.967	48.967	1.345	50.312
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(15)	-	(15)	-	(15)
Destinações:										
Reserva legal	-	-	2.387	-	-	-	(2.387)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(11.336)	(11.336)	-	(11.336)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	35.244	-	-	(35.244)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>198.737</b>	<b>109.234</b>	<b>15.310</b>	<b>121.067</b>	<b>-</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>444.305</b>	<b>1.056</b>	<b>445.361</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>		326.189	-	9.765	147.725	37.078	(28)	-	520.729
Efeitos de adoção inicial de IFRS por controladas em conjunto		-	-	-	-	-	-	460	460
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(37.078)	-	-	(37.078)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	109.234	-	-	-	-	-	109.234
Aumento de capital conforme AGE de 26 de Fevereiro de 2010		37.032	-	-	-	-	-	-	37.032
Redução de capital conforme AGE de 11 de Setembro 2010		(164.583)	-	-	-	-	-	-	(164.583)
Ágio gerado na aquisição de participação de não controladores (nota 3)		-	-	-	(5.815)	-	-	-	(5.815)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	63.154	63.154
Destinações:									
Reserva legal		-	-	3.158	-	-	-	(3.158)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	(92.875)	-	-	-	(92.875)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(14.999)	(14.999)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	45.457	-	-	(45.457)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010 (ajustado)</b>		198.638	109.234	12.923	94.492	-	(28)	-	415.259
Aumento de capital conforme AGE de 30 de Junho de 2011 (nota 21a)		99	-	-	-	-	-	-	99
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(15)	-	(15)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	47.733	47.733
Destinações:									
Reserva legal		-	-	2.387	-	-	-	(2.387)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(11.336)	(11.336)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	34.010	-	-	(34.010)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		198.737	109.234	15.310	128.502	-	(43)	-	451.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 (ajustado)	2011	2010 (ajustado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	47.953	63.440	107.086	115.958
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	-	-	41.990	36.963
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	23.688	1.853
Amortização do ágio	403	-	11.149	5.330
Resultado de equivalência patrimonial	(114.870)	(87.297)	-	-
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	68.003	17.672	174.500	92.120
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	3.808	(5.615)
Dividendos não recebidos decorrente de acordo de quotistas	6.816	3.041	-	-
Ganho pela incorporação da controlada Aguilha	(587)	-	(587)	-
Provisão para contingências	-	-	(181)	(73)
	<u>7.718</u>	<u>(3.144)</u>	<u>361.453</u>	<u>246.536</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>				
Aplicação financeira	(14.045)	96.524	(14.045)	96.524
Contas a receber	-	-	(6.620)	(5.773)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	(6.504)	(2.390)
Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-	-	(4.861)	(57.322)
Participação em consórcios	709	-	-	-
Impostos a recuperar e outros ativos	(536)	457	(2.116)	(4.401)
<b>(Redução) aumento dos passivos</b>				
Fornecedores	8	-	2.294	10.176
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	1.377	12.219
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.638	(4.018)
Realização da provisão de manutenção - CPC 25	-	-	(15.900)	5.196
Obrigações com o poder concedente	-	-	(14.444)	16.803
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	(5)	(1.225)	2.937	7.824
Outros passivos	-	-	(10.289)	21.522
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(220)	(286)	(74.818)	(59.917)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<u>(6.371)</u>	<u>92.326</u>	<u>220.102</u>	<u>282.979</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de investimentos	-	(179.043)	-	-
Pagamento pela compra de 100% da SPVias e Inovap, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(154.604)
Pagamento pela compra de 68,02% da Aguilha, líquido do caixa adquirido	-	-	-	(595.236)
Recebimento de dividendos	100.802	105.774	-	-
Ganho de capital decorrente de ajustes de conversão em controlada	-	-	-	460
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(15.671)	(23.207)
Adições ao ativo intangível	-	-	(72.622)	(114.327)
Adição de ágio gerado na aquisição de participação de empresa	-	(502.030)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<u>100.802</u>	<u>(575.299)</u>	<u>(88.293)</u>	<u>(886.914)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	-	600.000	385.975	888.300
Pagamento do principal	(28.754)	(112.200)	(406.118)	(263.645)
Pagamento dos juros	(66.984)	(4.199)	(160.025)	(45.243)
Custo de captação	1.227	(4.908)	3.059	(4.950)
Aumento de capital por:				
Incorporação de acervo líquido cindido da SP Obras e SP Construções	-	-	-	37.032
Redução de capital por:				
Cisão de acervo líquido a SP Obras	-	-	-	(164.583)
Fluxo de caixa líquido usado no aumento de participação acionária em controlada:				
Decorrente de incorporação de acervo líquido cindido da SP Obras e SP Construções	-	-	-	(7.107)
Fluxo de caixa líquido gerado na redução de participação acionária em controlada:				
Decorrente de cisão de acervo líquido a SP Obras	-	-	-	63.002
Fluxo de caixa líquido usado em processos de incorporações e cisões de acervo líquido	-	-	-	(2.813)
Adição de ágio gerado na aquisição de participação de não controladores	-	-	-	(5.815)
Cisão de caixa e equivalentes de caixa	-	(401)	1.894	-
Mútuos - partes relacionadas	29	(23)	(4.316)	(3.113)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	109.234	-	109.234
Pagamento de dividendos	-	(104.471)	-	(104.471)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>(94.482)</u>	<u>483.032</u>	<u>(179.531)</u>	<u>495.828</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(51)</u>	<u>59</u>	<u>(47.722)</u>	<u>(108.107)</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	62	3	138.879	246.986
No final do exercício	<u>11</u>	<u>62</u>	<u>91.157</u>	<u>138.879</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(51)</u>	<u>59</u>	<u>(47.722)</u>	<u>(108.107)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

*(Em milhares de Reais)*

#### 1 Contexto operacional

A Soares Penido Concessões S.A. (SP Concessões ou Companhia) tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indireta, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões possui participação direta de 11,93% da CCR S.A e 22,82% da participação no Consórcio de Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER e 23,28% de participação na Companhia Operadora de Rodovias -COR.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

Atualmente a CCR é responsável por 2.437,60 km de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,02 km é responsável pela administração e em 90,58 km pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel, CCR SPVias e Renovias, sendo as duas últimas por meio de sua controlada CPC.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a controlada em conjunto CCR S.A busca investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Veicular do Município de São Paulo), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e Estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre) e SAMM (Atividades em Multimídia).

O exercício social da Companhia e de suas controladas em conjunto, inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **2 Aspectos societários**

#### ***a. Incorporações efetuadas no exercício***

Em 10 de outubro de 2011 foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da empresa Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda., cisão total dessa empresa, seguida da transferência de parte do acervo líquido para a SP Concessões no montante de R\$ 153.718. Em decorrência desta transferência foi incorporado 18.759.364 ações ordinárias representativas de 4,25% do capital social da CCR S.A, 8,17% do Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - Coper e 4.166 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia de Operadora Rodoviária - COR, cujo o montante foi fundamentado por Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, apurado na data base de 31 de agosto de 2011.

Em decorrência desta cisão a Companhia passou a possuir um total de 52.665.782 ações da controlada em conjunto CCR S.A, o que acarretou em uma participação direta em sua controlada em conjunto de 11,93%, também passou a possuir uma participação total de 22,82% no Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - Coper, e 11.641 ações ordinárias nominativas classe A da Companhia de Operadora Rodovias -COR, o qual acarretou em uma participação de 23,28%.

### **3 Apresentação das Demonstrações Financeiras**

#### ***a. Declaração de conformidade***

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Entre as demonstrações consolidadas e as demonstrações da controladora, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais da controlada em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

<b>Ajustes no patrimônio líquido</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Patrimônio líquido da controladora	451.740	415.259
Baixa do ativo diferido	<u>(7.435)</u>	<u>(8.669)</u>
Patrimônio líquido consolidado	<u>444.305</u>	<u>406.590</u>
<b>Ajustes no resultado do exercício</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Resultado do exercício da controladora	<u>47.733</u>	<u>63.154</u>
Reversão da amortização do ativo diferido	<u>1.234</u>	<u>937</u>
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores)	<u>48.967</u>	<u>64.091</u>

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas de acordo com a Resolução CFC 1.242/2009.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

<b>Balancos patrimoniais</b>					
	<b>Coper</b>	<b>Coper</b>		<b>Coper</b>	<b>Coper</b>
	<b>100%</b>	<b>22,82%</b>		<b>100%</b>	<b>22,82%</b>
<b>Ativo</b>	<b>2011</b>	<b>2011</b>	<b>Passivo</b>	<b>2011</b>	<b>2011</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	280	64	Cessão de direitos creditórios	41.365	9.439
Contas a receber - Partes relacionadas	23.521	5.367	Fornecedores	7.510	1.714
Impostos a Recuperar	1.288	294	Fornecedores - Partes Relacionadas	6.963	1.589
Adiantamento a fornecedores	119	28	Impostos e contribuições a recolher	1.855	424
			Resultado a distribuir às consorciadas	24.562	5.604
Total do ativo circulante	25.208	5.753	Total do passivo circulante	82.255	18.770
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>			Cessão de direitos creditórios	-	
Contas a receber - Partes relacionadas	56.311	12.849	Provisão para contingências	77	18
Depósitos judiciais	813	186			
Total do ativo não circulante	57.124	13.035	Total do passivo não circulante	77	18
Total do ativo	82.332	18.788	Total do passivo	82.332	18.788

Em 30 de março de 2012 foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

### **b. Reclassificações e ajustes às demonstrações financeira**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, originalmente emitidas em 31 de março de 2011, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o IAS8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com o objetivo da melhora contínua da comparabilidade das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e a plena convergência para as normas internacionais de contabilidade.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2010						
Controladora			Consolidado			
	Publicado	Ajustes e Reclasseificações	Saldo ajustado	Publicado	Ajustes e Reclasseificações	Saldo ajustado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	c) 4.396	(4.334)	62	143.213	(4.334)	138.879
Aplicações Financeiras	c) -	4.334	4.334	-	4.334	4.334
Contas a receber	-	-	-	21.731	-	21.731
Contas a receber - partes relacionadas	d) -	-	-	20.923	(1.124)	19.799
Mútuos - partes relacionadas	d) -	-	-	-	1.124	1.124
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	670	-	670
Impostos a recuperar	1.604	-	1.604	13.699	-	13.699
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	9.737	-	9.737
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	82	-	82
Despesas antecipadas e outras	-	-	-	5.032	-	5.032
	<u>6.000</u>	<u>-</u>	<u>6.000</u>	<u>215.087</u>	<u>-</u>	<u>215.087</u>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Conta reserva	-	-	-	186	-	186
Partes relacionadas	d) 288	(288)	-	404	(404)	-
Mútuos - partes relacionadas	d) -	288	288	-	404	404
Impostos a recuperar	-	-	-	10.695	-	10.695
Impostos diferidos	-	-	-	79.071	-	79.071
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	291.100	-	291.100
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	1.419	-	1.419
Despesas antecipadas e outras	-	-	-	2.406	-	2.406
	<u>288</u>	<u>-</u>	<u>288</u>	<u>385.281</u>	<u>-</u>	<u>385.281</u>
<b>Investimentos Imobilizado</b>	420.575	-	420.575	-	-	-
<b>Intangível Diferido</b>	b) 547.896	(5.815)	542.081	1.467.298	(5.815)	1.461.483
a) -	-	-	-	8.669	(8.669)	-
	<u>968.759</u>	<u>(5.815)</u>	<u>962.944</u>	<u>1.907.492</u>	<u>(14.484)</u>	<u>1.893.008</u>
	<u>974.759</u>	<u>(5.815)</u>	<u>968.944</u>	<u>2.122.579</u>	<u>(14.484)</u>	<u>2.108.095</u>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	d) -	-	-	55.182	(5.938)	49.244
Debêntures e notas promissórias	d) 13.472	-	13.472	175.396	5.938	181.334
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	6.432	-	6.432
Fornecedores	-	-	-	38.616	-	38.616
Impostos e contribuições a recolher	5	-	5	9.707	-	9.707

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

31 de dezembro de 2010						
Controladora			Consolidado			
	Publicado	Ajustes e Reclassi- ficações	Saldo ajustado	Publicado	Ajustes e Reclassi- ficações	Saldo ajustado
Impostos e contribuições parcelados	-	-	-	5.205	-	5.205
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	6.951	-	6.951
Obrigações sociais e trabalhistas	d)	-	-	8.997	1.651	10.648
Partes relacionadas	d)	-	-	15.703	(15.703)	-
Mútuos - partes relacionadas	d)	-	-	-	749	749
Fornecedores - partes relacionadas	d)	-	-	-	4.761	4.761
Contas a pagar - partes relacionadas	d)	-	-	-	7.458	7.458
Plano de incentivo - partes relacionadas	d)	-	-	-	1.084	1.084
Provisão de manutenção	-	-	-	33.357	-	33.357
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	16.869	-	16.869
Outras contas a pagar	-	-	-	10.200	-	10.200
	13.477	-	13.477	382.615	-	382.615
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	-	165.123	-	165.123
Debêntures e notas promissórias	482.893	-	482.893	890.166	-	890.166
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	6.879	-	6.879
Impostos e contribuições a recolher - parcelados	-	-	-	52.814	-	52.814
Impostos diferidos	-	-	-	78.693	-	78.693
Provisão para contingências	-	-	-	2.657	-	2.657
Provisão de manutenção	-	-	-	32.526	-	32.526
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	57.315	-	57.315	57.315	-	57.315
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	4.589	-	4.589
Partes relacionadas	d)	-	-	5.614	(5.614)	-
Aumento de capital - partes relacionadas	d)	-	-	-	226	226
Mútuos - partes relacionadas	d)	-	-	-	4.356	4.356
Plano de incentivo - partes relacionadas	d)	-	-	-	1.032	1.032
Outras contas a pagar	-	-	-	18.788	-	18.788
	540.208	-	540.208	1.315.164	-	1.315.164
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	198.638	-	198.638	198.638	-	198.638
Reservas de lucros	a)					
Ajuste acumulado de conversão	b)	(5.815)	107.415	113.230	(14.484)	98.746
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(28)	(28)	-	(28)
	109.234	-	109.234	109.234	-	109.234
Patrimônio líquido dos controladores	421.074	(5.815)	415.259	421.074	(14.484)	406.590
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	3.726	-	3.726
	421.074	(5.815)	415.259	424.800	(14.484)	410.316
	974.759	(5.815)	968.944	2.122.579	(14.484)	2.108.095

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Demonstração do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2010					
	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	-	582.978	-	582.978
<b>Custos dos serviços prestados</b>	-	-	-	(305.245)	-	(305.245)
<b>Lucro bruto</b>	-	-	-	277.733	-	277.733
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas	(859)	-	(859)	(56.717)	-	(56.717)
Despesas financeiras	(21.352)	-	(21.352)	(155.204)	-	(155.204)
Receitas financeiras	1.543	-	1.543	58.676	-	58.676
Outras despesas/receitas operacionais	a) (3.189)	-	(3.189)	(9.467)	937	(8.530)
Resultado de equivalência patrimonial	87.297	-	87.297			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	63.440	-	63.440	115.021	937	115.958
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(286)	-	(286)	(67.006)	-	(67.006)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	-	-	-	15.836	-	15.836
<b>Lucro líquido do exercício</b>	63.154	-	63.154	63.851	937	64.788
<b>Atribuível a:</b>						
Acionistas controladores	63.154	-	63.154	63.154	937	64.091
Acionistas não controladores	-	-	-	697	-	697

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **Detalhamento dos ajustes e reclassificações:**

- a. *Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia manteve registrada em suas demonstrações financeiras consolidadas os efeitos do ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de sua controlada em conjunto CCR S.A no montante de R\$ 8.669. Porém, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas de acordo com as IFRSs, o qual não permite manter os saldos de ativo diferido. Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, este ativo está sendo ajustado em contra-partida ao patrimônio líquido.*

*Ressalta-se que este ajuste não impacta as demonstrações financeiras individuais, uma vez que são elaboradas em conformidade com a legislação contábil brasileira vigente nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08. Assim, o patrimônio líquido e resultado do exercício na demonstração financeira consolidada são diferentes em comparação a demonstração financeira individual.*

- b. *Em 5 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu 181.515 ações de sua controlada em conjunto CCR S.A pelo valor total de R\$ 7.000 no mercado de ações (acionistas não controladores), gerando um ágio no montante de R\$ 5.815. Por se tratar de ágio gerado na aquisição de participação de não controladores, o valor deveria ter sido registrado como redução ao seu patrimônio líquido. Desta forma, em 2010, este ativo está sendo ajustado em contra-partida ao patrimônio líquido.*
- c. *O saldo de aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias foi reclassificado da conta específica de caixa e equivalentes de caixa para o grupo de aplicações financeiras.*
- d. *Em 31 de dezembro de 2010, a controlada em conjunto CCR S.A efetuou as seguintes reclassificações, os quais impactaram as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia: (i) os saldos a pagar relacionados à remuneração do pessoal chave da administração foram reclassificados da rubrica partes relacionadas para obrigações sociais e trabalhistas; (ii) o saldo de notas promissórias de 2010 foi reclassificado da rubrica empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro para a rubrica debêntures e notas promissórias.*

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

*Além disso, no balanço patrimonial, foram criadas as rubricas de contas a receber - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas, no ativo circulante e no não circulante; contas a pagar a partes relacionadas e fornecedores partes relacionadas no passivo circulante e não circulante, aumento de capital partes relacionadas no não circulante, mútuos partes relacionadas e plano de incentivo partes relacionadas, no passivo circulante e no não circulante, anteriormente registrado somente como partes relacionadas.*

Os respectivos efeitos desses ajustes e reclassificações no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício foram considerados nas demonstrações dos fluxos de caixa.

### **c. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em caixa, mensurados ao valor justo;
- Ativos e passivos de empresas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2009, reconhecidos inicialmente ao valor justo.

### **d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **e. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do consolidado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do consolidado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão (IFRIC 12).

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Impostos diferidos;
- Nota 14 - Amortização dos ativos intangíveis;
- Nota 19 - Provisão para contingências - consolidado;
- Nota 20 - Provisão de manutenção;
- Nota 8 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 14 - Recuperabilidade dos ágios.

#### **4 Principais políticas e práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **a. Base de consolidação**

#### *Combinações de negócios*

##### **Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após esta data**

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia e sua controlada em conjunto CCR mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia e sua controlada em conjunto escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

##### **Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009**

Como parte da transição para o CPC, a Companhia e sua controlada em conjunto optou por não rerepresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009, nas quais o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa nº. 14.

#### *Controladas em conjunto*

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### *Operações controladas em conjunto*

Operações controladas em conjunto são empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo de realizar operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a SP Concessões controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades, visando à operação conjunta, bem como as despesas nas quais a SP Concessões tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

### *Descrição dos principais procedimentos de consolidação*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, e suas controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2011	2010
<b>Controladas em conjunto diretas</b>		
CCR S.A (b)	11,93	7,68
Companhia Operadora de Rodovias (a) (b)	23,28	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a) (b)	22,82	-
Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	-	68,03
<b>Controladas e controladas em conjunto indiretas - Via CCR S.A</b>		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões	100,00	100,00
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Assessoria S.A.	100,00	100,00
SAMM - Sociedade de Atividade em Multimídia Ltda.	100,00	100,00
CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	100,00	100,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V.	100,00	100,00
CCR - USA, LLC	100,00	100,00
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25
<b>Controladas e controladas em conjunto indiretas - Via Aguilha</b>		
Companhia Operadora de Rodovias - COR (b)	-	25,00
CCR S.A (b)	-	6,00

- (a) Após incorporação do acervo líquido cindido da SP Construções ocorrido em 30 de junho de 2011, os investimentos COR e COPER passaram a ser controlados em conjunto diretos, tendo a Companhia a participação respectiva de 14,95% e 14,65%.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- (b) Após incorporação da controlada em conjunto Aguilha em 10 de outubro de 2011 as participações diretas nas controladas em conjunto aumentaram da seguinte forma: (i) CCR S.A aumentou de 7,68% para 11,93%; (ii) COR aumentou de 14,95% para 23,28%; e (iii) COPER aumentou de 14,65% para 22,82%.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos resultados acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

### ***b. Moeda estrangeira - Consolidado***

#### *Transações com moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor o valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

### *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

### **c. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### **d. Receitas de Serviços - Consolidado**

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias; pontes e metrô.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.
- As receitas de manutenção de estradas são reconhecidas quando da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### ***e. Instrumentos financeiros***

#### *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

### *Capital Social - ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **f. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### **g. Ativo imobilizado - consolidado**

#### *Reconhecimento e mensuração*

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos dentro do imobilizado e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Depreciação*

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### ***h. Ativos intangíveis***

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito da concessão - Ágio

O direito da concessão - ágio gerado na aquisição total ou parcial das ações das concessionárias ViaOeste, RodoNorte, Renovias, Controlar e SPVias reflete o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperada ao longo do prazo da concessão, exceto para a Controlar, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado anualmente.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item o.

- Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas e/ou resultante de incorporação de acervo líquido de partes relacionadas está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e são incluídos nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### ***i. Ativos arrendados - consolidado***

#### *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

#### *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### ***j. Redução ao valor recuperável de ativos***

#### *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### ***k. Provisões - consolidado***

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### *Provisão de manutenção - contratos de concessão:*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

### ***1. Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### ***m. Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### ***n. Direito da concessão***

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a controlada em conjunto CCR S.A adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### ***o. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a controlada em conjunto CCR S.A seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### ***p. Gastos pré-operacionais - Consolidado***

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 na controlada em conjunto CCR S.A estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item “a” desta nota explicativa.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **5 Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### ***Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida***

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### ***Passivos financeiros não derivativos***

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

#### ***Derivativos***

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda e de taxa de juros e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

#### ***Operações de swap de juros e/ou de moeda***

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

#### ***Opções de compra de Libor com teto (cap)***

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de Black para precificação de opções de taxas de juros.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 6 Gerenciamento de riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia e suas controladas em conjunto apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### *a. Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

#### *b. Risco de taxas de juros e inflação*

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas em conjunto sofrerem redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR, (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<b>Controladas em conjunto indiretas</b>	<b>Índices de atualização (variação)</b>
AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
SPVias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

### c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas em conjunto para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a CCR S.A tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A CCR S.A, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* (*Swap*) para mitigar esses riscos.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

### a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	11	62	3.597	4.047
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	-	-	87.467	130.005
CDBs pós fixados	-	-	93	4.827
Total	<u>11</u>	<u>62</u>	<u>91.157</u>	<u>138.879</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa proveniente substancialmente de sua controlada CCR S.A foram remuneradas à taxa média de 99,3% do CDI, equivalente a 11,51% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### b. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de Renda Fixa	22.060	4.334	22.060	4.334
Total	22.060	4.334	22.060	4.334

As aplicações financeiras da controladora foram remuneradas à taxa média 12% ao ano (10% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

## 8 Contas a receber - Consolidado

	31/12/2011	31/12/2010
Pedágio eletrônico - STP (a)	28.579	21.277
Poder Concedente - ViaOeste (b)	2.243	2.828
Receitas acessórias	1.523	1.743
Pedágio eletrônico - outros	1.552	1.334
Contraprestação pecuniária/SPTrans - São Paulo Transportes S.A.	2.061	762
Outros	131	126
Total	36.089	28.070
Provisão para devedores duvidosos	(7.347)	(6.339)
Total	28.742	21.731

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos a vencer	26.924	21.352
Créditos vencidos até 60 dias	1.528	120
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	289	6
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	13	217
Créditos vencidos há mais de 180 dias	7.335	6.375
Total	36.089	28.070

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- a. Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamento da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias;
- b. Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do RodoAnel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à investida é remoto. O valor está totalmente provisionado.

### 9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda retido na fonte	971	711	2.755	2.093
Imposto de renda e contribuição social	968	893	20.181	19.758
COFINS	-	-	1.173	945
CSLL	201	-	440	70
PIS	-	-	372	244
ISS de pedágio	-	-	31	69
Outros	-	-	221	1.215
Total	<u>2.140</u>	<u>1.604</u>	<u>25.173</u>	<u>24.394</u>
Curto prazo	(2.140)	(1.604)	(7.295)	(13.699)
Longo prazo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.878</u>	<u>10.695</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 10 Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	47.953	63.440	107.086	115.958
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	16.304	21.570	36.409	39.426
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	-	-	25.816	15.485
Exclusões permanentes:				
Receitas isentas de impostos	(16.304)	(21.570)	(3.858)	(1.802)
Outros itens:				
Regime de apuração lucro presumido	-	-	(610)	(940)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	(1.203)	(1.285)
Imposto de renda decorrente de regime de lucro real trimestral	-	286	-	286
Pagamento de imposto de renda de controlada	220	-	220	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>220</u>	<u>286</u>	<u>56.774</u>	<u>51.170</u>
Impostos correntes	220	286	73.554	67.006
Impostos diferidos	-	-	(16.780)	(15.836)
	<u>220</u>	<u>286</u>	<u>56.774</u>	<u>51.170</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>53%</u>	<u>44%</u>

#### b. Impostos diferidos

De acordo com a Deliberação CVM nº 599/09 (CPC 32) e em consonância com as normas internacionais, IAS 12, as controladas ViaLagos e RodoAnel e a controlada em conjunto Via Quatro, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinados em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

### Ativo

	31/12/2011	31/12/2010
IR/CS sobre prejuízos fiscais e bases negativas	39.472	15.680
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	13.476	11.807
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	26.083	20.015
Constituição da provisão de manutenção (c)	17.292	21.868
Custo da transação na emissão de títulos	245	185
Despesas gerais e administrativas - pré operacional	897	1.082
Variação cambial	480	121
Valor juros de operações com instrumentos financeiros derivativos	659	1.892
Perdas com operação de swap	60	2.921
Provisão para participação nos resultados (PLR)	743	520
Provisão para comissões sobre empréstimos	197	419
Provisão para devedores duvidosos	1.332	1.174
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	146	113
Provisão para contingências	720	632
Parcelamento de impostos não homologados	-	347
Provisão para perda de investimentos	59	56
Outros	3.035	239
	<u>104.896</u>	<u>79.071</u>

### Passivo

	31/12/2011	31/12/2010
Variação cambial	634	2.411
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos - Lei nº 11.638/07	294	20
Ganhos com operação de swap	1.126	31
Custo da transação - Lei nº. 11.638/07	65.376	60.149
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	15.130	12.593
Custo de empréstimos capitalizados (e)	2.417	1.412
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	2.024	2.029
Diferenças temporárias Renovias	192	-
Outras	218	48
	<u>87.411</u>	<u>78.693</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) Depreciação de obras reclassificadas para o custo: trata-se de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas novas práticas contábeis;
- (b) Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas novas práticas contábeis;
- (c) Constituição da provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Custos de empréstimos capitalizados: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis;
- (f) Amortização do direito da concessão - ágio: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio.

### 11 Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Circulante	Início da concessão	
	2011	2010
Via Lagos	140	138
AutoBAn	564	556
ViaOeste	394	388
RodoAnel Oeste	8.779	8.655
Renovias	11	-
	<u>9.888</u>	<u>9.737</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Início da concessão		Extensão do prazo da concessão		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Não circulante</b>						
Via Lagos	1.147	1.269	-	-	1.147	1.269
AutoBAn	7.896	8.341	54.758	41.610	62.654	49.951
ViaOeste	3.934	4.266	7.846	5.953	11.780	10.219
RodoAnel Oeste	223.134	228.640	-	-	223.134	228.640
Renovias	108	-	1.343	1.021	1.451	1.021
	<u>236.219</u>	<u>242.516</u>	<u>63.947</u>	<u>48.584</u>	<u>300.166</u>	<u>291.100</u>

## 12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados abaixo. As operações realizadas e as taxas de remuneração dos mútuos são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

### a. Transações entre partes relacionadas - consolidado

	Transações				
	Serviços prestados	Imobilizado	Custos dos serviços prestados	Custos e despesas de pessoal	Despesas administrativas
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	20	-	38	-	6
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelogtec)	64	-	-	-	-
CCR S.A. (Divisão Actua)	667	-	-	-	705
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	67.908	-	-	-	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d) (f)	28.685	-	-	12.715	-
Serveng-Civilsan S.A - Empresas Associadas de Engenharia (a)	1.386	4.973	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias (e)	-	-	-	12.461	-
Consortio Operador de Rodovias Integradas (CORI)	112	-	-	-	-
<b>Total, 31 de dezembro de 2011</b>	<b>98.842</b>	<b>4.973</b>	<b>38</b>	<b>25.176</b>	<b>711</b>
<b>Total, 31 de dezembro de 2010</b>	<b>94.272</b>	<b>1.746</b>	<b>26</b>	<b>16.182</b>	<b>490</b>



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### b. Saldos patrimoniais

	<b>Controladora</b>	
	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>
	<b>Empréstimos</b>	<b>Contas apagar</b>
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	-	13.111
CCR S.A.	288	-
<b>Total, 31 de dezembro de 2011</b>	<b>288</b>	<b>13.111</b>
<b>Total, 31 de dezembro de 2010</b>	<b>288</b>	<b>-</b>

- (a) Nos exercícios anteriores, o COPER pagou antecipadamente à Soares Penido Concessões S.A. o montante de R\$ 13.111, composto por notas promissórias, a ser compensado com a distribuição de lucros futuros. Essa transação foi o resultado da incorporação da ABCS Participações Ltda. pelo COPER. Esse saldo está classificado no passivo não circulante sem qualquer incidência de atualização monetária, por não haver prazo de vencimento.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	Contas a Receber	Mútuos	Aumento Capital	Contas a pagar	Fornecedores	Mútuos
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	-	-	-	-	154	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	86	-	-	-
VBC Energia S.A.	-	-	-	-	136	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	-	-	86	-	-	-
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (c)	19.412	-	-	-	-	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	29	3.126	-	-	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Soares Penido Concessões S.A.	-	-	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	5.367	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Investimento em Infra Estrutura S.A.	-	-	-	-	-	-
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d) (f)	18	-	-	-	2.835	-
Serveng-Civilsan S.A - Empresas Associadas de Engenharia (a)	109	-	-	-	1.010	3
Serveng-Civilsan S.A - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	57	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias (e)	1.629	-	-	-	1.393	-
Encalso Construções S.A. (g)	-	-	-	-	-	5.134
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	565	-
Mitsui & Co Ltd.	-	-	-	-	-	719
Montgomery Participações S.A.	-	-	-	-	-	2.132
Outros	1	534	-	11	45	24
<b>Total, 31 de dezembro de 2011</b>	<b>26.565</b>	<b>3.660</b>	<b>229</b>	<b>11</b>	<b>6.138</b>	<b>8.012</b>
Curto Prazo	(26.565)	(3.126)	-	(11)	(6.138)	(2.591)
Longo Prazo	-	534	229	-	-	5.421
<b>Total, 31 de dezembro de 2010</b>	<b>19.799</b>	<b>1.528</b>	<b>226</b>	<b>7.458</b>	<b>4.761</b>	<b>5.105</b>
Curto Prazo	(19.799)	(1.124)	-	(7.458)	(4.761)	(749)
Longo Prazo	-	404	226	-	-	4.356

- (a) Contratação de serviços de obras nas rodovias;
- (b) Receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrado dos usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as investidas no período subsequente;
- (d) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para controlada indireta NovaDutra;

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (e) Refere-se ao valor do repasse dos custos com pessoal referente assessoria de mão de obra administrativa e operacional da Companhia Operadora de Rodovias;
- (f) Refere-se ao repasse de 100% da folha de pagamento para o COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra;
- (g) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 114% a.a. do CDI para a controlada indireta RodoAnel Oeste com a empresa Encalco. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2024

### c. Remuneração da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo-remuneração fixa	2.656	2.014
Plano de incentivo longo prazo	676	1.016
Provisão de participação no resultado	5.442	2.311
Outros benefícios	184	146
Total	<u>8.958</u>	<u>5.487</u>

## 13 Investimentos e provisão para passivo a descoberto em controlada

### a. Composição dos saldos

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Investimentos:</b>		
Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR	389.834	244.460
Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda.	<u>-</u>	<u>176.115</u>
<b>Investimentos</b>	<u>389.834</u>	<u>420.575</u>
<b>Provisão passivo a descoberto em controlada:</b>		
Companhia Operadora de Rodovias	<u>(161)</u>	<u>-</u>
<b>Provisão para passivo a descoberto em controlada</b>	<u>(161)</u>	<u>-</u>
<b>Total dos investimentos líquido da provisão para passivo a descoberto em controlada</b>	<u><b>389.673</b></u>	<u><b>420.575</b></u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### b. Movimentação dos saldos

	Investimento			Provisão para Passivo a Descoberto	Total
	CCR	Aguilha	Total	COR	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2010</b>	392.555	-	392.555	-	392.555
Compra de ações da CCR no mercado	1.184	-	1.184	-	1.184
Aquisição de investimentos	-	177.859	177.859	-	177.859
Incorporação de investimento cindido pela SP Obras e SP Construções	30.652	-	30.652	-	30.652
Ganho de capital decorrente de ajustes de conversão efetuada por controlada	(15.628)	15.984	356	-	356
Cisão de investimento a SP Obras	(160.614)	-	(160.614)	-	(160.614)
Resultado de equivalência patrimonial	65.773	21.524	87.297	-	87.297
Dividendos distribuídos por controlada	(69.462)	(36.311)	(105.773)	-	(105.773)
Dividendos não recebidos decorrente de acordo de quotistas	-	(2.941)	(2.941)	-	(2.941)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>244.460</b>	<b>176.115</b>	<b>420.575</b>	<b>-</b>	<b>420.575</b>
Resultado de equivalência patrimonial	80.606	34.048	114.654	216	114.870
Dividendos distribuídos por controlada	(61.692)	(39.110)	(100.802)	-	(100.802)
Ajuste de conversão	(10)	(5)	(15)	-	(15)
Dividendos não recebidos decorrente de acordo de quotistas	-	(6.816)	(6.816)	-	(6.816)
Incorporação de acervo líquido cindido da SP Construções	-	-	-	(317)	(317)
Incorporação da controlada Aguilha:					
- Participação nas controladas CCR S.A e COR	121.459	(121.399)	60	(60)	-
- Demais saldos patrimoniais	-	(38.324)	(38.324)	-	(38.324)
Efeito da incorporação da controlada Aguilha	5.011	(4.509)	502	-	502
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>389.834</b>	<b>-</b>	<b>389.834</b>	<b>(161)</b>	<b>389.673</b>

### c. Informações dos investimentos

	CCR	COR
Capital social integralizado	2.025.342	215.955
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000
Patrimônio líquido	3.267.625	(690)
Participação no capital social, no final do exercício - %	11,93%	23,28%
Participação no patrimônio líquido	389.834	(161)

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 14 Ativos Intangíveis

#### a. Composição dos saldos

		<b>Controladora</b>			
		<b>31/12/2011</b>			<b>31/12/2010</b>
	<b>Taxa anual de amortização - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>(Ajustado) Líquido</b>
Ágio COPER	(**)	10.761	(403)	10.358	-
Ágio CCR		77.018	-	77.018	45.866
Ágio Aguilha		<u>496.215</u>	<u>-</u>	<u>496.215</u>	<u>496.215</u>
		<u>583.994</u>	<u>(403)</u>	<u>583.591</u>	<u>542.081</u>
		<b>Consolidado</b>			
		<b>31/12/11</b>			<b>31/12/2010</b>
	<b>Taxa anual de amortização - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>(Ajustado) Líquido</b>
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	890.417	(199.325)	691.092	665.145
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	6.325	(3.407)	2.918	1.967
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	3.792	(1.351)	2.441	1.542
Direito da concessão - Ágio	(*)	217.933	(24.961)	192.972	199.562
Ágio COPER	(**)	10.761	(403)	10.358	29.206
Ágio CCR		77.018	-	77.018	67.846
Ágio Aguilha		<u>496.215</u>	<u>-</u>	<u>496.215</u>	<u>496.215</u>
		<u>1.702.461</u>	<u>(229.447)</u>	<u>1.473.014</u>	<u>1.461.483</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(\*\*) Amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a NovaDutra.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### b. Movimentação dos saldos

Movimentação entre 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 - controladora

Custo	31/12/2010	Incorporação	Incorporação	Adição	31/12/2011
	(ajustado)	SP Construções	Aguilha		
Ágio COPER (c)	-	1.016	9.745	-	10.761
Ágio CCR (b)	45.866	-	31.152	-	77.018
Ágio Aguilha (d)	<u>496.215</u>	-	-	-	<u>496.215</u>
	<b><u>542.081</u></b>	<b><u>1.016</u></b>	<b><u>40.897</u></b>	-	<b><u>583.994</u></b>
<b>Amortização</b>					
Ágio COPER (c)	-	-	-	(403)	(403)
	-	-	-	<b><u>(403)</u></b>	<b><u>(403)</u></b>
<b>Líquido</b>	<b><u>542.081</u></b>	<b><u>1.016</u></b>	<b><u>40.897</u></b>	<b><u>(403)</u></b>	<b><u>583.591</u></b>

Movimentação entre 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 - consolidado

Custo	31/12/2010 (ajustado)	Incorporação SP Construções	Efeito da incorporação desproporcional	Adições		Transfe rências (**)	Outros (*)	31/12/2011
				Adições	Baixas			
Ágio COPER (c)	21.980	1.016	(12.235)	-	-	-	-	10.761
Ágio CCR (b)	75.770	-	1.248	-	-	-	-	77.018
Ágio Aguilha (d)	496.215	-	-	-	-	-	-	496.215
Direitos de exploração de infraestrutura	828.928	-	12.306	70.934	(493)	147	(21.405)	890.417
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.613	-	85	870	(7)	764	-	6.325
Custos de desenvolvimento de sistemas								
Informatizados	2.340	-	40	818	-	594	-	3.792
Direito da concessão - Ágio (a)	<u>214.857</u>	-	<u>3.076</u>	-	-	-	-	<u>217.933</u>
	<b>1.644.703</b>	<b>1.016</b>	<b>4.520</b>	<b>72.622</b>	<b>(500)</b>	<b>1.505</b>	<b>(21.405)</b>	<b>1.702.461</b>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Custo	31/12/2010 (ajustado)	Incorporação SP Construções	Efeito		Baixas	Transfe rências (**)	Outros (*)	31/12/2011
			da incorporação desproporcional	Adições				
<b>Amortização</b>								
Direitos de exploração de infraestrutura	(163.783)	-	(2.697)	(33.036)	193	(2)	-	(199.325)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.646)	-	(46)	(722)	7	-	-	(3.407)
Custos de desenvolvimento de sistemas								
Informatizados	(798)	-	(16)	(537)	-	-	-	(1.351)
Ágio COPER (c)	(698)	-	2.093	(1.798)	-	-	-	(403)
Direito da concessão - Ágio (a)	<u>(15.295)</u>	-	<u>(315)</u>	<u>(9.351)</u>	-	-	-	<u>(24.961)</u>
	<b><u>(183.220)</u></b>	-	<b><u>(981)</u></b>	<b><u>(45.444)</u></b>	<b><u>200</u></b>	<b><u>(2)</u></b>	-	<b><u>(229.447)</u></b>
<b>Líquido</b>	<b><u>1.461.483</u></b>	<b><u>1.016</u></b>	<b><u>3.539</u></b>	<b><u>27.178</u></b>	<b><u>(300)</u></b>	<b><u>1.503</u></b>	<b><u>(21.405)</u></b>	<b><u>1.473.014</u></b>

(\*) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizados pela investida AutoBAN, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 24, no valor de R\$ 18.850 e pela investida ViaOeste, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 21, no valor de R\$ 2.555;

(\*\*) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

### a. Direito da Concessão - Ágio

- i. Ágio ViaOeste - R\$ 22.493: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 100% do capital social da ViaOeste, amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- ii. Ágio CPC - Renovias - R\$ 20.575: Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% do capital social da Renovias Concessionária S.A., amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- iii. **Ágio CPC - Controlar - R\$ 11.963:** Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% do capital social, correspondente a 50% das ações ordinárias da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- iv. **Ágio SPVias - R\$ 135.750:** Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 100% do capital social da SPVias, amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- v. **Ágio CCR RodoNorte - R\$ 1.305:** Refere-se ao aumento de participação na Concessionária, sendo que o mesmo está sendo amortizado pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- vi. **Ágio STP - R\$ 520:** Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- vii. **Ágio Inovap - R\$ 368:** Refere-se ao ágio gerado na aquisição da empresa, o qual está fundamentado em expectativa futura de rentabilidade futura.

AutoBAn:

- SP330/SP348 - Obras civis para melhoria do sistema de arrecadação;
- Expansão na sede da empresa;
- SP330 - Implantação de faixas adicionais; e
- SP330 - Projeto executivo para implantação de marginais.

ViaOeste:

- SP280 - Implantação de faixa adicional do km 28 ao km 30;
- SP280 - Implantação de retorno no km 64;
- SP280 - Melhorias no retorno do km 76;
- SP280 - Remodelação do Posto geral de fiscalização do km 74;
- SP270 - Implantação de marginais do km 92 ao km 106 (pistas leste e oeste);
- SP270 - Implantação de dispositivo de interseção no km 77;
- SP280 - Implantação de passarela no km 29; e
- SP270 - Implantação de 3ª faixa e melhorias no acostamento do km 64 ao km 69.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

NovaDutra:

- Implantação de marginal do km 170 ao km 176 - pista norte (RJ);
- Implantação de marginal em Guarulhos, do km 216 ao km 222 - pista sul (SP);
- Implantação de marginal do km 173 ao km 176 - pista sul (RJ);
- Adequação de trevo do km 158 - pista norte (SP); e
- Implantação de passarelas no km 301 (RJ) e no km 206 (SP).

RodoNorte:

- BR277 - Obra de duplicação de pista do km 113 ao km 121.

RodoAnel Oeste:

- Implantação de pátio/estacionamento de veículos de carga de transporte de produtos perigosos na pista interna SP021;
- Implantação de barreiras acústicas nos km 11, 13, 20, 21 e 23;
- Implantação de dispositivos contra incêndios nos túneis;
- Implantação de base para Polícia Militar Rodoviária km 5 - pista externa; e
- Projeto executivo de implantação de 5ª faixa do km 14 ao km 24 nas duas pistas.

SPVias:

- SP270 - Duplicação do km 115 ao 158; e
- SP258 - Duplicação do km 262 ao 264 - Contorno de Taquarivaí;

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 33.513 no exercício de 2011 (R\$ 60.338 no exercício de 2010). A taxa média de capitalização foi de 11,55% a.a. durante o exercício de 2011 (12,17% a.a. durante o exercício de 2010).

### ***b. Ágio CCR***

Este ágio foi gerado na Companhia mediante incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan e incorporação de acervo líquido da Aguilha e SP Construções e tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura baseada na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desse investimento (concessão de rodovias).

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade da empresa investida, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

### **c. *Ágio COPER***

Este ágio foi gerado na Companhia mediante aquisição da Aguilha em 2010, bem como com a integralização da parte relacionada SP Construções em 2011 e decorre da aquisição de direitos sobre o contrato do Consórcio COPER (concessão rodoviária - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra) efetuado pelos antigos quotistas da Aguilha. Este ágio é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a NovaDutra.

### **d. *Ágio Aguilha***

Em 11 de setembro de 2010, a Companhia, adquiriu 68,03% das quotas da empresa Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda., pelo valor de R\$ 674.074, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 496.215, fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura dos investimentos que esta empresa possuía (6% do capital social da CCR S.A, 24,5% do Coper - Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra e 25% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias - COR). Esta empresa foi incorporada em 10 de outubro de 2011.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 15 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil - consolidado

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em	Vencimento final	2011	2010
								(Reclassificado)
<b>Em moeda nacional</b>								
CCR	Itaú BBA S.A. (Leasing)	13,10% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	26	41 (k)
CCR	Banco Alfa S.A. (Leasing)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	32	46 (k)
1.a AutoBAN	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	267	Fevereiro de 2017	25.456	29.322 (e)
1.a AutoBAN	BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	2.403	- (e)
1.b AutoBAN	BNDES - FINEM I	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	1.757 (d)
1.b AutoBAN	BNDES - FINEM II - Repasse	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	2.109 (d)
2.a Renovias	BNDES - FINEM I	TJLP + 4,72% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2011	-	845 (e)
2.b Renovias	BNDES - FINEM II	TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a.	0,0234% a 0,0239% (a)	7	7	Novembro de 2016	1.600	- (e)
2.b Renovias	BNDES - FINEM III	TJLP + 1,80% a.a. a 2,80% a.a.	0,0652% a 0,0667% (a)	21	21	Abril de 2016	1.504	- (e)
3.a SPVias	BNDES - FINEM I e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1.621	2.768 (f)
3.a SPVias	BNDES - FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1.820	2.995 (f)
3.b SPVias	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2018	5.357	6.083 (f)
3.c SPVias	Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	4.445	5.414 (j)
3.d SPVias	Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	783	290	Fevereiro de 2013	6.911	6.033 (j)
3.d SPVias	Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	572	Fevereiro de 2013	13.074	11.406 (j)
4.a Ponte	Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	-	Julho de 2012	1.393	2.733 (m)
4.b Ponte	Itaú BBA S.A.	102,5% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2012	1.328	1.307 (m)
7. Controlar	Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	2.012	3.440 (h)
10.a SPVias	Banco Votorantim S.A.	TJLP + 4,50 % a.a. a 13,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	153	255 (k)
10.a Diversos	Diversos (Finame)	TJLP + 1% a.a. a 4,3%	N/I	-	-	Julho de 2015	568	956 (k)
10.b ViaOeste	Banco Alfa	105% do CDI	N/I	-	-	Fevereiro de 2011	-	3.538 (m)
Diversos	Itaú Leasing S.A. (Leasing)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	117	46 (k)
Diversos	Banco Alfa S.A. (Leasing)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	885	1.160 (k)
Diversos	Bradesco S.A. (Leasing)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Dezembro de 2012	306	272 (k)
SPVias	Diversos (Leasing)	CDI + 0,14% a.a. a 0,5654% a.a.	N/I	-	-	Junho de 2013	197	184 (k)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>							<b>71.208</b>	<b>82.710</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>								
3.a SPVias	BNDES - FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	200	270 (f)
6. RodoAnel Oeste	BID - A Loan	USS + LIBOR + 3,5% a.a.	5,6514% (a)	15.089	-	Novembro de 2022	-	37.729 (i)
6. RodoAnel Oeste	BID - B Loan	USS + LIBOR + 3,75% a.a.	5,9271% (a)	22.633	-	Novembro de 2024	-	56.594 (i)
5.a ViaLagos	HSBC Bank Brasil S.A.	USS + 1,66% a.a.	3,0347% (a)	879	-	Agosto de 2011	-	7.819 (m)
5.b ViaLagos	Merrill Lynch (c)	USS + 1,73% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	10.428	- (m)
8. ViaQuatro	BID - B Loan	USS + LIBOR + 1,9% a.a. à 2,5 % a.a.	3,7516% (a) (b)	13.906	10.203	Fevereiro de 2020	30.218	22.676 (i)
8. ViaQuatro	BID - A Loan	USS + LIBOR + 2,2% a.a. à 2,8 % a.a.	4,2287% (a) (b)	3.903	2.873	Fevereiro de 2023	8.728	6.554 (i)
9. Rodonorte	Merrill Lynch (c)	USS + Libor + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2013	10.130	- (m)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>							<b>59.704</b>	<b>131.642</b>
							<b>130.912</b>	<b>214.352</b>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	2011	2010
<b>Circulante</b>		
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	15.775	49.943
Custos de transação	(390)	(699)
	<u>15.385</u>	<u>49.244</u>
<b>Não Circulante</b>		
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro	116.834	170.517
Custos de transação	(1.308)	(5.394)
	<u>115.526</u>	<u>165.123</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de hedge, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa 29 para maiores detalhes)."

### Garantias

(d) Penhor de 45% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(e) Fiança bancária.

(f) Fiança bancária com aval do acionista controlador

(g) Fidejussória e Bens financiados.

(h) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.

(i) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e suporte dos acionistas controladores para determinados eventos.

(j) Fiança do acionista controlador.

(k) Bens financiados.

(l) Aval do acionista controlador.

(m) Não existem garantias.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/12/2011
2.013	56.657
2.014	13.609
2.015	12.938
Após 2015	<u>33.630</u>
Total	<u>116.834</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos FINAME, quando a TJLP for superior a 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor e liquidada juntamente com este.

### **1. AutoBAN**

- a. Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em seis parcelas, entre os anos de 2009 e 2011, sendo que em 25 de novembro de 2011 foi liberada a última parcela, no valor de R\$ 20.397.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 estão sendo pagos mensalmente. A última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

- b. Em 15 de julho de 2011, a controlada liquidou antecipadamente, por decisão da administração, os contratos de FINEM com vencimento original em janeiro de 2012.
- c. Em 14 de outubro de 2011, a controlada contratou fiança bancária junto ao Banco Bradesco S.A., a fim de substituir as garantias do contrato (ações, recebíveis, conta caução, indenização) e liberar os *covenants*, sendo que a formalização dessa substituição ocorreu em 24 de novembro de 2011.

### **2. Renovias**

- a. Em 15 de dezembro de 2011, foi totalmente liquidado, o crédito com o BNDES, com vencimento original em dezembro de 2011.
- b. Em 14 de dezembro de 2011, a controlada firmou contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 130.000 divididos em 8 subcréditos, dos quais R\$ 65.000 foram liberados em 23 de dezembro de 2011 para os subcréditos A1, A2, B1 e B2. O restante será liberado trimestralmente, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Os subcréditos A1 e A2, nos montantes de R\$ 23.441 e R\$ 10.046, respectivamente, serão amortizados em 53 prestações mensais a partir de julho de 2012, com juros pagos trimestralmente, entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, mensalmente, entre julho de 2012 e novembro de 2016.

Os subcréditos B1 a B6, nos montantes entre R\$ 3.329 e R\$ 44.096, serão amortizados em 33 prestações mensais a partir de agosto de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensalmente, entre agosto de 2013 e abril de 2016.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos; e
- Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de 15% da receita bruta auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 1ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA.

### **3. SPVias**

- a. Em 28 de março de 2003, a controlada contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 67.400 (subcrédito A - R\$ 53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira - R\$ 13.480). Na mesma data, a controlada firmou contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF), através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes acima e com as mesmas remunerações e vencimentos.

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A e entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013 para o subcrédito B.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A última parcela de juros do subcrédito A será paga em 15 de setembro de 2013 e a do subcrédito B, em 15 de outubro de 2013.

A controlada indireta possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3%, respectivamente ao BNDES e à CEF, sobre a receita que ultrapassar correspondente ao volume de veículos o estipulado no contrato. Para cumprimento dessa obrigação, há provisão na rubrica outras contas a pagar.

A principal garantia compartilhada entre os financiadores e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

- b.** Em 07 de julho de 2008, foi firmado contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 174.456 (subcrédito A - R\$ 52.526 e subcrédito B - R\$ 121.930).

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018 e para o subcrédito B, o principal será amortizado em 78 parcelas mensais a partir de 15 de agosto de 2012 até 15 de janeiro de 2019.

Os juros são pagos mensalmente a partir de 15 de novembro de 2010 para o subcrédito A e a partir de 15 de agosto de 2012 para o subcrédito B, até o vencimento final de cada subcrédito.

A principal garantia compartilhada entre esse financiamento e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes deste contrato, até a sua liquidação.

- c.** Em 09 de setembro de 2009 e posteriores aditivos, a controlada indireta firmou em conjunto com a controlada (garantidora), o Banco Itaú BBA S.A e o Banco Santander Brasil S.A. o 3º termo de aditamento ao Convênio de Prestação de Fiança. Neste aditivo, as garantias de projeto estabelecidas no Convênio foram canceladas e substituídas pela prestação de fiança/aval pela CCR. Em 28 de junho de 2011, foi assinado o 4º termo aditivo, onde foi retirada a obrigação:

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Não observância, ou falta de comprovação dos indicadores financeiros (*covenants*) semestrais e anuais citados abaixo:
  - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, maior ou igual a 1,0, onde: (EBITDA - Variação do Capital de Giro - Imposto de Renda e Contribuição Social - CAPEX + Novas Dívidas de Longo Prazo + Desembolso do BNDES para CAPEX)/(A Soma de Principal e Juros).
  - Dívida Líquida/EBITDA, menor ou igual a 2,5 no ano de 2010 e menor ou igual a 2,3 a partir de 2011.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é efetuar a redução de capital sem prévia anuência dos credores.

- d. Em 04 de novembro de 2010, a controlada emitiu quatro Cédulas de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Bradesco e Itaú BBA, no valor total de R\$ 50.337 e R\$ 95.079, com vencimento para 28 de setembro de 2011, remuneração de 116,50% do CDI e garantia da controladora. Em 22 e 29 de setembro de 2011, foram firmados aditivos contratuais prorrogando a data de vencimento para 28 de fevereiro de 2013, mantendo as demais condições inicialmente contratadas.

#### 4. Ponte

- a. Em 07 de julho de 2011, a controlada realizou-se do aditamento do valor do principal, do vencimento e da remuneração à CCB contratada junto ao Banco Santander S/A, no montante de R\$ 11.000, com vencimento de juros e principal em 03 de julho de 2012 e com remuneração correspondente a 111% do CDI.
- b. Em 24 de novembro de 2011, a controlada realizou-se do aditamento do vencimento e da remuneração à CCB contratada, junto ao Banco Itaú BBA S.A., no valor de R\$ 11.000, com vencimento de juros e principal em 19 de novembro de 2012 e com remuneração correspondente a 112,50% do CDI.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 5. ViaLagos

- a. O contrato de empréstimo foi integralmente liquidado pela controlada em agosto de 2011.
- b. Em 15 de agosto de 2011, a controlada contratou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 47.400 mil, equivalente a R\$ 77.072, com vencimento em 15 de agosto de 2013, sendo o pagamento de juros trimestral e pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI.

### 6. RodoAnel Oeste

Em 16 de maio de 2011, o contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), foi totalmente liquidado pela controlada.

### 7. Controlar

Em 24 de novembro de 2009, a controlada contratou financiamento com o Banco Itaú BBA, no montante de R\$ 70.000, sendo que o valor integral foi liberado até 31 de março de 2010.

A remuneração corresponde à variação do CDI, acrescida de 1,7% a.a., com amortização do principal e pagamento de juros trimestral entre março de 2010 e dezembro de 2013.

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R\$ 100.000;

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Manutenção do índice de endividamento líquido/EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;
- Restrição de distribuição de dividendos, pela controlada indireta, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura de cada contrato e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas sem a prévia anuência do financiador.

### 8. ViaQuatro

Em 07 de outubro de 2008, a controlada contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

**Financiamento BID A (fase I):** Possui valor de US\$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos;

**Financiamento BID A (fase II):** Possui valor de US\$ 59.500 mil. O prazo e o custo equivalentes às condições de mercado no momento da fase II.

**Financiamento BID B (somente fase I):** Possui valor de US\$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos.

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (*ABR Prime*) em substituição à *Libor* quando esta não refletir de modo adequado e justo o custo para as partes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do contrato de concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado deste;

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento;
- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos);
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada indireta em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;
- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após o último desembolso do financiamento da fase I do projeto;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de conclusão do projeto da fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a conclusão do projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, apresentar no mínimo, índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + *fees* e outros débitos relacionados à dívida/serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **9. RodoNorte**

Em 10 de novembro de 2011, a controlada contratou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US\$ 45.819 mil, equivalente a R\$ 80.000, com vencimento final em 14 de novembro de 2013, sendo o pagamento de juros semestral e pagamento do principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI.

### **10. FINAMES**

- a.** Contratados pela controlada entre os anos de 2007 e 2011 pelas controladas indiretas AutoBAn, RodoNorte, RodoAnel Oeste, ViaOeste, NovaDutra e SPVias, no montante total de R\$ 6.044, possuem remuneração entre 1% a.a. e 13% a.a. mais TJLP e destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

O contrato de Finame foi totalmente liquidado em fevereiro de 2011.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 16 Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2011	Vencimento final	2011	2010 (Reclassificado)
1. SP CONCESSÕES	1a Emissão - Série única	100% do CDI + 2,4% a.a.	0,2045%	4.906	3.680	Outubro de 2018	469.857	496.365
<b>Subtotal - controladora</b>							<b>469.857</b>	<b>496.365</b>
1.a CCR	2a Emissão - Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	-	Março de 2011	-	4.566 (c)
1.b CCR	4a Emissão - Série única	14,75% a.a.	0,3974% (a)	17.532	-	Dezembro de 2018	-	57.091 (d)
1.c CCR	5a Emissão - Série 1	112% do CDI	0,7282% (b)	3.550	-	Dezembro de 2011	-	55.031 (d)
1.c CCR	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	537	Agosto de 2014	20.985	19.359 (d)
2. RodoNorte	2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	975	Novembro de 2015	24.116	25.336 (c)
3.a AutoBAN	1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	131	Abril de 2014	8.833	11.040 (e)
3.a AutoBAN	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	104	Outubro de 2013	6.712	9.438 (e)
3.a AutoBAN	1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	30	Abril de 2012	5.576	16.270 (e)
3.b AutoBAN	2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	206	Setembro de 2012	15.965	16.484 (c)
3.c AutoBAN	3a Emissão - Série única	106,50% do CDI	0,1021% (b)	83	-	Dezembro de 2011	-	8.926 (c)
3.d AutoBAN	Cetip (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0805% (a)	40	-	Novembro de 2011	-	5.938 (c)
3.e AutoBAN	Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	518	Novembro de 2012	114.527	- (c)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	800	Julho de 2015	15.513	19.626 (f)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	639	Julho de 2015	15.276	17.887 (f)
4.a ViaOeste	1a Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	551	Janeiro de 2015	12.627	15.767 (f)
4.b ViaOeste	2a Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	831	Dezembro de 2016	27.096	29.368 (c)
4.c ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	740	480	Fevereiro de 2015	18.628	- (c)
5.a RodoAnel Oeste	1a Emissão - Série 1	117,50% do CDI	0,1634% (b)	188	-	Novembro de 2012	-	5.014 (g)
5.a RodoAnel Oeste	1a Emissão - Série 2	117,50% do CDI	0,1634% (b)	3.577	-	Novembro de 2012	-	95.265 (g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (b)	1.684	1.398	Mai de 2014	60.534	- (g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1131% (b)	2.483	2.169	Mai de 2015	66.531	- (g)
5.b RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1142% (b)	4.197	3.713	Mai de 2016	90.648	- (g)
6.a Renovias	1a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	485	235	Fevereiro de 2015	6.654	6.544 (c)
7. SPVias	1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433 % (b)	-	-	Fevereiro de 2013	111.550	96.782 (g)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	1.150	Setembro de 2015	36.377	35.639 (d)
8.a NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	767	Setembro de 2015	24.260	23.764 (c)
8.b NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	13	12	Novembro de 2012	15.674	- (c)
							<b>1.167.939</b>	<b>1.071.500</b>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>				
Debêntures e notas promissórias	14.491	13.472	224.428	182.228
Custos de transação	-	-	(713)	(894)
	<u>14.491</u>	<u>13.472</u>	<u>223.715</u>	<u>181.334</u>
<b>Não Circulante</b>				
Debêntures	459.046	487.800	949.010	897.739
Custos de transação	(3.680)	(4.907)	(4.786)	(7.573)
	<u>455.366</u>	<u>482.893</u>	<u>944.224</u>	<u>890.166</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

### **Garantias**

(c) Não existem garantias

(d) Flutuante

(e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis

(g) Fidejussória do acionista controlador

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2011</b>
2013	-	173.324
2014	-	118.154
2015	-	103.575
Após 2015	<u>459.046</u>	<u>553.957</u>
Total	<u>459.046</u>	<u>949.010</u>

#### • **Soares Penido Concessões (controladora)**

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia emitiu 60 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, de espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 e valor total de emissão de R\$ 600.000

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 100% do CDI a.a., acrescido de spread de 2,40% a.a.. As parcelas em aberto estão sendo realizadas entre 2010 a 2018.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia poderá a seu exclusivo critério e sem necessidade de aprovação prévia dos debenturistas antecipar total ou parcialmente o pagamento de quaisquer parcelas da amortização e ou juros remuneratórios. E foi exatamente o que aconteceu em 13/10/2010, quando foi antecipado os pagamentos que aconteceriam 15/10/2010, 15/10/2013 e 15/10/2014.

As garantias concedidas as debêntures são:

- Penhor das ações da CCR de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária dos direitos ao recebimento de quaisquer proventos, dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outros recursos gerados pela propriedade das ações da CCR S.A.;
- Direito pecuniário sobre as quotas da Aguilha de propriedade da Companhia, no montante equivalente à participação da Aguilha no capital social da CCR S.A..

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures da controlada, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

As definições dos termos descritos nos *covenants* devem ser verificadas na escritura de cada uma das operações.

### 1. CCR

- a. Em março de 2011, foi liquidada pela controlada a última parcela das debêntures da 2ª emissão.
- b. Em dezembro de 2011, a controlada liquidou antecipadamente a totalidade das debêntures da 4ª emissão.
- c. Em 1º de agosto de 2009, a controlada emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1, podendo ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Em dezembro de 2011, a totalidade das debêntures da 1ª série desta emissão foi liquidada antecipadamente.

Os pagamentos de juros estão sendo realizados anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e de 2014 e amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas anuais, entre 1º de agosto de 2012 e de 2014.

Em 23 e 28 de abril de 2010, foram contratadas pela controlada operações de *swap* onde houve a troca do indexador IPCA +7,5% a.a, para todos os vencimentos de juros, por um percentual do CDI que varia entre 108% e 109,65% (maiores detalhes vide nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros).

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

### **2. RodoNorte**

Em 15 de abril de 2010, a controlada emitiu 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
  - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
  - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas)/EBITDA menor ou igual a 4,0.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

### 3. AutoBAn

- a. Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 (nove mil e oitocentas) para a 1ª e 2ª séries e 31.400 (trinta mil e quatrocentas) para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$ 533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- **Primeira série:** A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- **Segunda série:** A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- **Terceira série:** A amortização do principal está sendo realizada em sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e de 2012 e o pagamento dos juros, semestralmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2012.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada indireta está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese controlada indireta contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada indireta contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

- b.** Em 25 de março de 2010, a controlada realizou a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 130 (cento e trinta) debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de abril de 2010, pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 24 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012. A amortização do principal será em parcela única em 25 de setembro de 2012.

As debêntures podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês após a data de emissão, o valor do resgate será acrescido de prêmio de 0,5%.

- c.** Em dezembro de 2011, foi liquidada a última parcela das debêntures da 3ª emissão.
- d.** Em 24 de novembro de 2011, foram liquidados pela controlada os contratos de notas promissórias junto ao HSBC Bank.
- e.** Em 25 de novembro de 2011, a controlada realizou a 2ª emissão de notas comerciais, no total de 380 (trezentos e oitenta) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 950.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 4. ViaOeste

- a. Em 1º de julho de 2007, controlada indireta emitiu 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de 28.000 (vinte e oito mil) debêntures e a segunda e a terceira séries de 18.500 (dezoito mil e quinhentas) debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- **Primeira série:** prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- **Segunda série:** prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- **Terceira série:** prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, controlada indireta está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as definidas na escritura.
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentar, no mínimo, os seguintes índices:
- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + *fees* e outros débitos relacionados à dívida/valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- b.** Em 22 de dezembro de 2009, a controlada realizou a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 23 de dezembro de 2009 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 22 de junho de 2011 e 22 de dezembro de 2016. A amortização do principal está sendo realizada em 11 parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e de 2016, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

- c.** Em 20 de fevereiro de 2011, a controlada realizou a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:

- Não realizar novas emissões de debêntures da espécie quirografária, com garantia real ou com garantia flutuante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão (“Emissões para finalidades diversas”), até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão;
- Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 3 e/ou o Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) seja inferior a 1,20;
- Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão “Dívida líquida/EBITDA” seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 5. RodoAnel Oeste

- a. Em 28 de julho de 2011, por decisão da administração, foi liquidada antecipadamente pela controlada a totalidade da 1ª emissão.
- b. Em 05 de maio de 2011, a controlada realizou a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 (cinquenta mil) e as da 2ª série de 55.000 (cinquenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R\$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encalso (5%).

Os juros correspondentes à 1ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2014, os juros da 2ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2015 e os juros da 3ª série serão pagos semestralmente entre novembro de 2011 e maio de 2016.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio equivalente a 0,15% para a 1ª série, 0,20% para a 2ª série e 0,40% para a 3ª série, todos decrescentes proporcionalmente ao prazo remanescente da respectiva série.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 6. Renovias

- a. Em 1º de fevereiro de 2010, a Renovias realizou a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 (cento e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R\$ 140.000.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, entre 1º de março de 2010 a 1º de fevereiro de 2015. O principal está sendo amortizado em 37 parcelas mensais, entre 1º de fevereiro de 2012 e de 2015.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será acrescido de um prêmio de 0,60%.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- (i) Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro; e
- (ii) Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

### 7. SPVias

Em 22 de dezembro de 2010, a controlada indireta assumiu por sucessão, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 (oitocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387.

O pagamento dos juros e principal no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Um dos principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado é a extinção, perda e/ou término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada indireta da Controladora seja titular, que represente individualmente ou de forma agregada, 25% ou mais do faturamento consolidado anual da Controladora.

### **8. NovaDutra**

- a. Em 1º de outubro de 2010, a controlada realizou a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000 (quinhentas mil), divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000 (trezentas mil), possuem garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000 (duzentas mil), são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal, caso o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 25 de novembro de 2011, realizou-se a 1ª emissão de notas promissórias, no total de 26 (vinte e seis) notas de série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 130.000. O vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro de 2012. As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

### 17 Impostos e contribuições a recolher - parcelamentos - consolidado

#### a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Retidos e a Recolher	-	-	4	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	-	3	387	472
INSS retido	-	-	1.273	479
IRRF	-	2	3.168	1.521
PIS	-	-	432	540
COFINS	-	-	2.644	3.236
ISS	-	-	3.265	2.950
IRPJ E CSLL	-	-	5.733	6.951
Outros	-	-	196	509
Total de impostos a recolher	-	5	17.102	16.658

#### b. Impostos e contribuições parcelados - Consolidado

	31/12/2011	31/12/2010
Parcelamento Lei 11941/09 (a)	60.398	46
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	55.607
PIS e COFINS	7	1.230
IRRF	-	49
INSS	-	842
ISS	23	245
Paes	371	-
Total impostos a recolher parcelados	60.799	58.019
Total curto prazo	(5.588)	(5.205)
Total longo prazo	55.211	52.814



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 serão pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais iguais, consecutivas e atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

### 18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	8	-	33.713	27.872
Fornecedores e Prestadores de Serv.Estrangeiros (a)	-	-	1.964	5.239
Cauções e Retenções Contratuais (b)	-	-	6.463	5.505
Total	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>42.140</u>	<u>38.616</u>

- (a) Para a controladora, refere-se principalmente a fornecedores de serviços administrativos e para o consolidado refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte do Grupo CCR. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

### 19 Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia e suas controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	1.986	2.017
Trabalhistas e previdenciárias	660	444
Tributárias	198	196
Total	<u>2.844</u>	<u>2.657</u>

A Companhia e suas controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 27.489, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 15.538, em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

### 20 Provisão de manutenção - Consolidado

	31/12/11	31/12/10
Provisão de manutenção	<u>50.858</u>	<u>65.883</u>
Total	<u>50.858</u>	<u>65.883</u>
Total circulante	(26.586)	(33.357)
Total não circulante	24.272	32.526

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante provisionado corresponde a R\$ 61.280 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 80.186 em 31 de dezembro de 2010).

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **21 Patrimônio líquido**

#### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da Companhia era de R\$ 198.737 (R\$ 198.638 em 31 de dezembro de 2010), representado por 215.347.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (215.277.244 ações em 31 de dezembro de 2010). Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 30 de junho de 2011, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 99 mil pela integralização de capital efetuado pela Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Construções), com acervo líquido composto substancialmente da participação de 14,65% no Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER e 7.475 ações ordinárias nominativas classe A, da Companhia de Operadora Rodovias - COR.

#### **b. Reservas de lucros**

##### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

##### *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

#### **c. Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Dessa forma, a Administração da Companhia está propondo a retenção total do lucro líquido ajustado, depois das destinações de reserva legal, dividendos propostos e juros sobre capital próprio, para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	47.733
(-) Constituição da reserva legal	( 2.387)
Lucro líquido ajustado	45.346
Dividendos obrigatórios de 2011 (25%)	11.336
Dividendos propostos em exercícios anteriores	<u>57.315</u>
Total de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	<u>68.651</u>

### *d. Ajuste acumulado de conversão- consolidado*

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

## 22 Receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Receitas</b>				
Receita de pedágio	-	-	546.869	473.400
Receita de contratos de construção	-	-	65.714	103.667
Receitas Administrativas e operação da rodovia	-	-	31.403	25.727
Receita acessórias	-	-	9.652	8.161
Receita metroviária	-	-	7.469	1.165
Receita de serviços	22.508	-	25.325	18.716
<b>Receita bruta</b>	<u>22.508</u>		<u>686.432</u>	<u>630.836</u>
Impostos	(1.612)	-	(56.855)	(46.717)
Devoluções e abatimentos	-	-	(1.097)	(1.141)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<u>(1.612)</u>		<u>(57.952)</u>	<u>(47.858)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>20.896</u>	-	<u>628.480</u>	<u>582.978</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(72.213)	(21.352)	(174.583)	(88.004)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(4.020)	(7.796)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(18.127)	(21.019)
Varição monetária sobre obrigações com poder concedente	-	-	(1.333)	(212)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(906)	(486)
Perda com operações de derivativos	-	-	(6.395)	(21.003)
Valor justo sobre financiamentos	-	-	(357)	-
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(6.591)	(1.110)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(8.428)	(10.777)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	5.642	8.735
Juros e multas sobre obrigações fiscais	-	-	(221)	(4.375)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09 (a)	-	-	-	(3.332)
IOF	-	-	(1.152)	(1.708)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(31)	-	(6.264)	(4.117)
	<u>(72.244)</u>	<u>(21.352)</u>	<u>(222.735)</u>	<u>(155.204)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Varição monetária sobre debêntures	-	-	342	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	4.642	26.634
Juros e variações monetárias sobre mútuos	1	-	242	133
Ganho com operações de derivativos	-	-	-	3.692
Descontos obtidos	-	-	16.848	3.483
Descontos obtidos - Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	14.281	2.379
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.474	1.393	174	19.318
Juros e outras receitas financeiras	-	150	6.562	3.037
	<u>1.475</u>	<u>1.543</u>	<u>43.091</u>	<u>58.676</u>
Total	<u>(70.769)</u>	<u>(19.809)</u>	<u>(179.644)</u>	<u>(96.528)</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 24 Instrumentos financeiros

#### *Política*

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Controladora							
	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
<b>Ativos</b>								
Aplicações financeiras	22.060	-	-	22.060	4.334	-	-	4.334
Mútuos - partes relacionadas	288	-	-	288	288	-	-	288
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivos</b>								
Debêntures e notas promissórias	-	-	(469.857)	(469.857)	-	-	(496.365)	(496.365)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(8)	(8)	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(13.111)	(13.111)	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>22.348</u>	<u>-</u>	<u>(482.976)</u>	<u>(460.628)</u>	<u>4.622</u>	<u>-</u>	<u>(496.365)</u>	<u>(491.743)</u>
	Consolidado							
	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
<b>Ativos</b>								
Aplicações financeiras	109.620	-	-	109.620	139.166	-	-	139.166
Contas a receber	28.742	-	-	28.742	21.731	-	-	21.731
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	26.565	-	26.565	-	19.799	-	19.799
Mútuos - partes relacionadas	-	3.660	-	3.660	-	1.528	-	1.528
Contas a receber com operações de derivativos	4.248	-	-	4.248	1.501	-	-	1.501
<b>Passivos</b>								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(130.911)	(130.911)	-	-	(214.367)	(214.367)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.167.939)	(1.167.939)	-	-	(1.071.500)	(1.071.500)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(80.990)	(80.990)	-	-	(67.604)	(67.604)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(8.012)	(8.012)	-	-	(5.105)	(5.105)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(6.149)	(6.149)	-	-	(12.219)	(12.219)
Plano de incentivo - partes relacionadas	-	-	(2.129)	(2.129)	-	-	(2.116)	(2.116)
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(229)	(229)	-	-	(226)	(226)
Contas a pagar com operações de derivativos	(146)	-	-	(146)	(13.311)	-	-	(13.311)
	<u>142.464</u>	<u>30.225</u>	<u>(1.396.359)</u>	<u>(1.223.670)</u>	<u>149.087</u>	<u>21.327</u>	<u>(1.373.137)</u>	<u>(1.202.723)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 15.
- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - As controladas em conjunto indireta ViaLagos e a RodoNorte contrataram operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A controlada em conjunto CCR.SA entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 20.910 em 31 de dezembro de 2011. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 15.
- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	29.267	29.994	47.701	49.837
Debêntures e notas promissórias	469.857	469.857	496.365	496.365	1.167.939	1.188.047	1.071.500	1.085.071

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.



# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras	22.060	4.334	109.620	139.166
Derivativos	-	-	4.102	(11.810)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	59.704	131.642

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A, se valorizado a mercado com base na última cotação das ações na BOVESPA em 29 de dezembro de 2011, apresenta um valor de R\$ 2.574.303 (R\$ 2.435.080 em 30 de dezembro de 2010).

## 25 Compromissos vinculados a contratos de concessão - Consolidado

### a. Compromisso com o poder concedente

#### *Outorga fixa*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais e mensais até 2018 corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
AutoBAn	188.766	204.985	162.057	171.973
ViaOeste	37.689	41.074	32.481	34.591
Renovias (*)	18.136	19.645	12.931	13.319
	<u>244.591</u>	<u>265.704</u>	<u>207.469</u>	<u>219.883</u>

### **b. Compromissos com o Poder Concedente por Exercício**

	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor presente</b>
2012	38.788	37.685
2013	38.825	35.761
2014	38.825	33.913
2015	38.824	32.169
Após 2015 até 2018	<u>89.329</u>	<u>67.941</u>
	<u>244.591</u>	<u>207.469</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 30.661 (R\$ 67.324 no exercício de 2010).

A AutoBAn reteve 16 (dezesesseis) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a fevereiro de 2011 e está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n.º 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas. Esse compromisso, em 31 de dezembro de 2011, corresponde a zero, pois todos os valores retidos já foram compensados com os gastos efetuados (o saldo era de R\$ 13.488 em 31 de dezembro de 2010).

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### *Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste, Renovias e SPVias*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 3.631 (R\$ 3.377 em 31 de dezembro de 2010).

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$ 9.385 (R\$ 6.647 no exercício de 2010).

### **c. Compromissos relativos às concessões**

As investidas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, a serem realizados até o final do prazo da concessão, para que as mesmas possam comportar o aumento do tráfego/usuários futuro previsto e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para as concessionárias. Os valores estão apresentados abaixo:

#### **Compromissos relativos às Concessões**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
RodoNorte	147.119	142.048
ViaQuatro (*)	196.671	182.923
AutoBAn	128.828	120.687
ViaOeste	67.899	56.043
NovaDutra	74.454	83.241
RodoAnel Oeste	45.147	33.064
Renovias (*)	34.885	42.420
Ponte	5.645	4.460
ViaLagos	17.553	1.190
SPVias	91.186	64.933
	<u>809.387</u>	<u>731.009</u>
<b><i>Outorga variável e Obras a executar</i></b>		
	<u><b>2011</b></u>	<u><b>2010</b></u>
Obras a executar - ViaOeste (a)	1.053	1.025
Outorga variável - SPVias (b)	2.427	3.564
	<u>3.480</u>	<u>4.589</u>

# Soares Penido Concessões S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- (a) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.
- (b) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para os anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

### 26 Eventos subsequentes

#### ***Alteração do objeto social da controlada em conjunto CCR S.A e aprovação para aquisição de aeroportos***

Em consequência às deliberações do Conselho de Administração da controlada em conjunto da CCR S.A e respectivos Fatos Relevantes, de 29 de agosto e 26 de dezembro de 2011, e da publicação do respectivo Edital de Convocação de Assembleia, em 16 de janeiro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, por meio da qual foram aprovadas:

Por maioria dos acionistas presentes, registradas as abstenções, a complementação do objeto social da controlada em conjunto, de forma a incluir em seu artigo 5º do Estatuto Social a exploração de atividades do setor de infraestrutura aeroportuária, passando referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

***“Artigo 5º - A Companhia tem por objeto social:***

- (i) A exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias;*
- (ii) A prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima;*
- (iii) O exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e*
- (iv) A participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.”*

# Soares Penido Concessões S.A.

## **Diretoria**

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna  
Diretora Superintendente

Edmar Briguelli  
Contador CRC 1SP161770/O-6